

AJUDA-MEMÓRIA

Missão de arranque do projecto Palanca Yetu e identificação do projeto da União Europeia (Angola's Natural Heritage: Governance and Ecotourism in Conservation Areas)

I. INTRODUÇÃO: Objetivos e Programa da Missão

De 10 de Fevereiro a 20 de Fevereiro de 2025, foi realizada uma missão de arranque do projecto Palanca Yetu e identificação do projeto da União Europeia (Angola's Natural Heritage: Governance and Ecotourism in Conservation Areas). Os objetivos principais foram: a) validação do Memorando de Entendimento entre a AFD, MINAMB, INBAC e a Frankfurt Zoological Society (FZS) para a implementação do projecto Palanca Yetu; b) discussão e finalização do plano de actividades, aquisições e orçamento do projecto Palanca Yetu; c) discussão sobre os próximos passos para lançar o projecto Palanca Yetu; d) discussão sobre a preparação do projecto financiado pela União Europeia, incluído a definição dos termos de referência de um estudo de viabilidade financiado pela AFD; e e) reconhecimento de terreno de algumas das áreas incluídas no projeto da União Europeia, como, por exemplo, o Parque Nacional da Quiçama.

A missão foi liderada pela especialista em biodiversidade da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), Sra. Naig Cozannet e acompanhada pela equipa local da AFD, Sra. Constança de Almeida (Gestora de Projeto de Água e Energia). Também esteve presente o Sr. Pierre Destexher, responsável do projeto biodiversidade da União Europeia (UE), a Sra. Karen Laurenson, Directora do departamento Africano na FZS, e o Sr. Hugo van der Westhuizen, diretor de conservação da região da África do Sul na FZS.

A AFD agradece aos Exmos Sr. Yuri Valter de Sousa Santos, Secretário do Estado para o Ambiente, Sr. Miguel Xavier, Director Geral do INBAC, Sr. Malaquias Tenente, Director do Gabinete de Recursos Humanos do Ministério do Ambiente, Sr. Dinis Quocissa, Director de Turismo, Sra. Marta Zumbo, Directora Geral Adjunta para Área Técnica, Dr. Noe Pinto, Director das Áreas de Conservação do INBAC, Sra. Amelia, Responsável pelo projeto Palanca Yetu no INBAC. Uma lista detalhada das pessoas que mantiveram encontros com a equipa da AFD é apresentada no Anexo 1.

As principais mensagens deste Ajuda-Memória foram discutidas com os Sr. Malaquias, MINAMB e com o Sr. Miguel Xavier no dia 19 de Fevereiro de 2025.

II. PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Projeto Palanca Yetu:

1. Para iniciar o projeto de Palanca Yetu, três documentos precisam ser finalizados e assinados.
 - a. Memorando de Entendimento chapeu (MINAMB, INBAC, AFD, FZS),
 - b. Memorando de Entendimento técnico (FZS, INBAC)
 - c. Acordo de financiamento (AFD, FZS). Este último documento deve integrar dois apêndices a serem negociados entre FZS e o INBAC, e acordado pela AFD: a descrição técnica do projeto e o orçamento.
2. Durante a missão, foi discutido o MoU-chapeu, enviado ao MINAMB e ao INBAC em Janeiro 2025. O MINAMB, em coordenação com o INBAC, é responsável por enviar uma versão final à AFD e FZS e realizar consultas interministeriais para garantir que o MoU seja assinado em Abril, ver tabela 1.

3. O INBAC e a FZS concordaram em finalizar o MoU técnico, distribuí-lo aos outros Ministérios responsáveis pela tomada de decisões e assiná-lo em Abril, ver tabela 1. O INBAC é responsável pelo envio deste documento à AFD quando assinado por ambas as partes.
4. Devido ao processo de acreditação que a FZS terá de realizar em Angola, foi acordado com o INBAC que uma organização local iria atuar como a organização 'anfitriã' para a FZS durante este processo, permitindo que o projeto começasse o mais rapidamente possível. A organização selecionada não terá interferência na liderança do projeto, servindo apenas como canal para os fundos e entidade jurídica para os primeiros contratos. A organização anfitriã, deve cumprir as normas da AFD e da FZS e ter a capacidade operacional, bem como o acordo do seu órgão de governança para funcionar como sede do projeto.
5. Durante a missão duas organizações foram discutidas, fundação Kissama e ORBIS. A AFD e a FZS realizarão diligências junto de ambas as instituições. Neste momento a Fundação Kissama já é uma organização acreditada pela AFD. Se ambas as organizações forem confirmadas, a AFD e a FZS em coordenação com o INBAC determinarão qual a organização mais adequada para hospedar temporariamente o projeto. Se a ORBIS não for confirmado, a AFD indicou que irá sugerir continuar com a Fundação Kissama, para não atrasar ainda mais o lançamento do projeto. A
6. Foi acordado com o INBAC que ambas as organizações podem ser escolhidas com base neste processo de revisão. A FZS é responsável por informar o INBAC e a AFD da escolha final.

Programa financiado pela UE "Património Natural de Angola: Governança e Ecoturismo em Áreas de Conservação":

1. O projeto compreende três componentes:
 - **Componente 1:** Fortalecimento das políticas, regulamentações e estruturas institucionais relevantes para a sustentabilidade, gestão integrada da terra, restauração e financiamento a longo prazo de paisagens de conservação, bem como o desenvolvimento do ecoturismo.
 - **Componente 2:** Melhoria e reforço da oferta de educação e formação técnica e profissional nas áreas de conservação, ambiente e biodiversidade.
 - **Componente 3:** Reforço da conservação, gestão e utilização sustentável da biodiversidade, vida selvagem e serviços ecossistémicos nas paisagens de conservação beneficiadas (Quiçama, Cangandala-Luando e Cameia), garantindo a inclusão das comunidades locais, mulheres, crianças, jovens, e populações vulneráveis.
2. **A missão permitiu uma prefiguração indicativa das modalidades operacionais do projeto** (descritas do ponto 3 ao ponto 15 abaixo). A AFD pretende iniciar em breve um estudo de viabilidade que irá confirmar, rever e detalhar estas modalidades, com base numa revisão bibliográfica, recolha de dados e consultas das partes interessadas. O estudo será realizado por peritos externos (financiados pela AFD) e contribuirá para a finalização da Documentação do Projeto.
3. **O proprietário do projeto será o Ministério do Ambiente**, que trabalhará principalmente através do INBAC, considerado como um proprietário delegado do projeto.
4. **A governança do Projeto será colocada sob a liderança de um Comité Directivo**, que será presidido pelo Ministério do Ambiente, em sua função de Proprietário do Projeto, e onde o INBAC, o Ministério

do Turismo, A AFD, a UE e potencialmente o Ministério da Educação e o Ministério das Finanças estarão representados. O Projeto irá estabelecer regularmente vários Comitês Técnicos (COTECH) focados em estabelecer uma visão comum dos diferentes componentes. A composição, o prazo de referência e as modalidades de funcionamento dos Comitês Diretivo e Técnicos serão determinados durante o estudo de viabilidade.

5. **O projeto será implementado por meio de uma Unidade de Gestão de Projeto (UGP) hospedada nos escritórios do INBAC (gratuitamente), facilitando assim a colaboração ágil com os departamentos do INBAC.** Além da gestão diária do projeto, a UGP garantirá as aquisições, os processos de monitoramento, os relatórios, as avaliações e os planeamentos, bem como fornecerá um serviço de suporte centralizado para:
 - (i) **Implementação de todas** as atividades do projeto, com base na demanda de cada parceiro;
 - (ii) **Processos de consulta integrados** nas três componentes do projeto (através de competências específicas de facilitação);
 - (iii) **Gestão ambiental e social** da mitigação, remediação e potencial compensação dos impactos negativos do Projeto;
 - (iv) **Financiamento de pequenos projetos** propostos por entidades elegíveis e através de modalidades a definir pelo estudo de viabilidade.
6. Com base no estudo de viabilidade, será definida a **composição, especialização e organização da UGP**. O estudo de viabilidade apoiará a elaboração dos Termos de Referência (ToR) para as posições da UGP. **A UGP será composta por pessoal nacional recrutado com base num processo de concurso para o cargo, e por peritos internacionais recrutados onde não existam as competências requeridas no país.** Os funcionários do INBAC serão considerados para as posições com base no processo competitivo. O pessoal recrutado e os especialistas selecionados trabalharão num espírito de transferência de conhecimentos, para que no final do projeto, o INBAC tenha adquirido um melhor conhecimento sobre as diversas atividades e temas desenvolvidos pelo Projeto.
7. **Para reforçar a eficiência e durabilidade do impacto de capacitação do Projeto para o INBAC e Ministérios parceiros, foi decidido que o Projeto** deve apoiar as parcerias internacionais e locais já existentes ou em construção. Estas parcerias terão que estar diretamente alinhadas com os objetivos e atividades do Projeto.
8. **Com base no ponto 7, alguns parceiros técnicos foram pré- identificados e acordados com o INBAC.** A sua participação e modalidades de contribuição no Projeto serão posteriormente confirmadas e definidas durante o estudo de viabilidade (que poderá identificar outras entidades):
 - a. **Componente I sobre governança e enquadramento jurídico: SANBI** para assistência técnica ao MINAMB e ao INBAC, bem como o Escritório Francês para a Biodiversidade (OFB), já em parceria com SANBI e instituições semelhantes em Moçambique, Namíbia e Malawi. O Projeto apoiará, assim, a integração regional do INBAC na rede da SADC de agências de Biodiversidade que se vai formando progressivamente e que já beneficia do apoio do OFB.
 - b. **Componente II sobre educação: Southern Africa Wildlife College (SAWC)** para treinamento de guardas florestais
 - c. **No que diz respeito ao trabalho de conservação a ser realizado em cada paisagem**
 - i. **FZS** para Cangandala-Luando (alinhado com Palanca Yetu)
 - ii. **Fundação Lisima** para o Parque Nacional Cameia/Paisagem Lisima
 - iii. Para o parque nacional de Quissima, **foi considerada como opção que o Projeto poderia trabalhar diretamente através da administração do Parque existente, com**

apoio de uma assistência técnica descentralizada (a ser esclarecida e decidida durante o estudo de viabilidade).

Deve-se notar que cada um desses parceiros técnicos trabalhará no Projeto sob a regência dos MoUs existente (FZS, LF) ou ainda a ser construído (por exemplo. SANBI, OFB, SAWC)

9. **O projeto está focado principalmente no desenvolvimento técnico e institucional e na capacitação**, por meio de conhecimentos, parcerias, equipamentos, treinamento, etc. e apoiará a assistência técnica a ser fornecida ao MINAMB, MINTUR e INBAC.
10. **Uma porção realista do orçamento será potencialmente alocada para investimentos, se devidamente justificada como necessária para a realização bem-sucedida dos objetivos do Projeto.** Será dada prioridade aos equipamentos necessários para o funcionamento do UGP e das equipas descentralizadas do Projeto INBAC (nas paisagens), bem como aos possíveis trabalhos de reabilitação necessários para as escolas e o edifício do INBAC nos três parques nacionais visados. Estes investimentos serão identificados e priorizados durante a fase de viabilidade, e confirmados durante a fase inicial. Durante a fase inicial o montante global a ser alocado no orçamento para os investimentos sera definido.
11. **O orçamento também prevê financiamento para permitir iniciativas e projetos locais realizados por comunidades locais ou sociedades civis, ou PMEs dentro das Paisagens dos Projetos.** O estudo de viabilidade deverá definir o orçamento deste fundo de "pequenos projetos", os critérios de elegibilidade para este financiamento, bem como preparar as modalidades de financiamento operacional e preparar uma primeira pipeline de potenciais iniciativas a serem financiadas.
12. **Em relação ao Componente 2, concluiu-se que o projeto será focado na escola do Parque Nacional Quiçama** (Centro Educativo Catalangombe). Outras escolas mencionadas no documento de ação da UE (Escola Missombo e Escola Kilamba) atualmente não possuem a maturidade necessária e cobertura geográfica para ativação/reativação. As ações potenciais podem ser identificadas durante a fase de início do projeto.
13. Devido à complexidade do projeto e a variedade de partes interessadas envolvidas, a AFD propõe organizar o processo em 4 fases:
 - **Fase 1:** Primeira etapa do estudo de viabilidade (Maio a Setembro)
 - **Fase 2:** Segunda etapa do estudo de viabilidade: consulta e finalização dos anexos I & III do acordo de contribuição, definição do plano de gestão das E&S e aprovação do Conselho da AFD (Outubro a Dezembro)
 - **Fase 3:** assinatura do acordo de contribuição AFD-UE (Q1 2026)
 - **Fase 4:** Fase de início do projeto (12 meses)
14. **Após a assinatura do acordo, o período inicial de um ano concentrará-se na finalização do projeto**, na operacionalização da UGP e dos parceiros técnicos e na finalização da alocação orçamentária detalhada por componente. **O orçamento detalhado só será totalmente definido durante a fase inicial, um primeiro orçamento será produzido e discutido durante o estudo de viabilidade.** Este orçamento geral irá alocar recursos para os diferentes componentes, bem como para uma possível assistência técnica no âmbito da AFD em Luanda, com o objectivo de apoiar a implementação do Projecto e o processo de acompanhamento.
15. **O estudo de viabilidade (Maio a Setembro) irá abordar:**

- **Definição e desenvolvimento de um quadro de gestão dos riscos** ambientais, sociais, de género e comunitários para que o Projeto cumpra plenamente com as diligências ambientais e sociais da AFD e da UE; o estudo de viabilidade definirá também um quadro de processos de riscos ambientais e sociais que indicará como as avaliações de impactos ambientais e sociais, bem como o plano de gestão ambiental e social serão preparados durante a fase inicial;
- **Identificar e confirmar os parceiros locais e regionais para cada componente** e as suas **modalidades de intervenção, atividades, deveres e meios de implementação**, bem como as **modalidades de contratação que o Projeto seguirá**, incluindo fluxos financeiros. Durante a fase de viabilidade será realizada toda a diligência necessária para que os parceiros identificados sejam reconhecidos em conformidade com os requisitos da AFD (legais, financeiros e operacionais). Isto permitirá confirmar a elegibilidade dos parceiros para receber e gerir os fundos da UE e da AFD;
- **Definição inicial das componentes e atividades associadas**, e definição de um quadro lógico preliminar sobre a qual a fase inicial será capaz de organizar as consultas e quaisquer refinamentos adicionais;
- **Preparação da "fase inicial"**, incluindo os ToRs necessários para a fase inicial; mapeamento das partes interessadas a serem incluídas na fase de consulta para cada componente; desenho do processo de consultas e metodologia; desenho do processo de decisão durante a fase inicial, para permitir que as documentações finais do projeto (técnicas e financeiras) sejam acordadas pelo Comité de Direção do Projeto até ao final da fase inicial;
- **Ajuste do orçamento global** para garantir flexibilidade e desenvolvimento do orçamento e plano de atividades para o primeiro ano (abrangendo a implementação da fase inicial)
- **Estruturação do órgão de governança do projeto**, incluindo
 - Estruturação e definição do organigrama da UGP, definição dos ToRs para cada posição e pré-identificação das posições para as quais um especialista externo será procurado;
 - Estruturação do comité diretor – composição e mandato (especialmente durante a fase inicial)
 - Estruturação dos comités técnicos
- **Preparação do documento de projeto e negociação do acordo financeiro UE-AFD**

Durante a fase de viabilidade, serão organizados dois workshops para confirmar com todas as partes envolvidas a hipótese e o desenho do projeto. **O INBAC apoiará a AFD e os seus consultores com visitas de campo a todas as paisagens do projecto.**

16. A próxima missão da AFD deverá ter lugar no segundo trimestre de 2025 e será coordenada com o trabalho de campo dos consultores para o estudo de viabilidade.

III. PRÓXIMOS PASSOS

Tabela 1: Próximos Passos e responsabilidades

Ação/Atividade	Responsabilidade	Prazo
MINAmb envia à AFD o MoU chapeu aprovado internamente pelo MINAmb e INBAC	MINAMB e INBAC	20/03
MINAmb envia a FZS o MoU técnico aprovado internamente pelo MINAmb e INBAC	MINAMB e INBAC	20/03
AFD e FZS enviam qualquer comentário às modificações do MINAmb	AFD e FZS	28/03
Seleção da organização de acolho da FZS para o projeto Palanca Yetu	AFD, FZS e INBAC	11/04
MINAmb consulta outros Ministérios e termina o MoU chapeu	MINAMB	18/04
Assinatura do MoU Chapeu pela FZS/AFD/MINAMB/INBAC	FZS/AFD/MINAMB/INBAC	18/04
MINAmb consulta outros Ministérios e termina o MoU técnico	MINAMB	18/04
AFD e FZS finalizam e assinam o acordo de financiamento para o Projeto Palanca Yetu	AFD/FZS	30/05

Anexo 1: Entidades e pessoal com quem a missão teve encontros

Nome	Entidade
Yuri Valter de Sousa Santos	MINAMB - Secretário de Estado para o Ambiente
Malaquias Tenente	MINAMB - Director do Gabinete de Recursos Humanos
Joao Nelson Catinda	MINAMB - Director GEPE
Rui Leonel Ferreira	MINAMB - Director do Gabinete Jurídico e Intercâmbio
Miguel Xavier	INBAC - Director do INBAC
Amelia Olga Masseca	INBAC - Responsavel do INBAC pelo Projeto Palanca Yetu
Noe Quelengue Pinto	INBAC - Director da área de conservação
Marta Zumbo	INBAC - Directora Adjunta
Dinis Quicassa	MINTUR - Director da área de Turismo
Jorge Domingos	MINTUR - Técnico
Bevanio Tyouvada	MINTUR - Técnico
Jose Felix	PNUD
Carla Fernandes	PNUD
Horvath Polett	Embaixada da Hungria
Paolo Miste	Agência de desenvolvimento italiana (AICS)
Sabrina Tardivo	Agência de desenvolvimento italiana (AICS)
Vladimir Russo	Fundação Kissama
Kelerne Costa	Fundação Lisima
Carlos Andrade	The Nature Conservancy
Allan Cain	Development Workshop
Antoine Marchal	Rainforest Trust
Carol Poole	SANBI
Ntakadzeni Tshidada	SANBI
Erica Tavares	US Forestry Service
João Borba Rodrigues	Mckinsey
Daniel Quintas	Mckinsey